João Cura Mariano[1]

Nos tempos que atravessamos, não poderia haver um palco mais apropriado para realizar esta Conferência do que o Território de Macau.

Aqui, onde o Oriente encontra o Ocidente, celebramos também o encontro da justiça com o futuro.

É, pois, com profunda honra e emoção que participo na XIII Conferência do Fórum dos Presidentes dos Supremos Tribunais de Justiça dos Países e Territórios de Língua Portuguesa, num território singular, onde a língua portuguesa mantém viva a sua presença histórica, jurídica e cultural.

Macau é, desde há séculos, um símbolo do diálogo entre civilizações.

Neste espaço de convivência entre o direito de matriz continental e as tradições jurídicas orientais, celebramos o espírito que anima também o nosso Fórum: o respeito pela diversidade, o apreço pela cooperação e a confiança num futuro partilhado.

Reunimo-nos, pois, num local que espelha a própria essência da nossa Comunidade.

1Juiz Conselheiro, Presidente do Supremo Tribunal de Justiça de Portugal.

Um espaço de pontes, de encontros e de entendimento mútuo.

E é com esse espírito de união que abrimos esta Conferência, conscientes de que a justiça é, em todos os nossos países e territórios, a pedra angular da democracia e da dignidade humana.

A CPLP é uma realidade única.

Une-nos uma história feita de caminhos cruzados e uma língua que é, mais do que instrumento de comunicação, um património jurídico e cultural comum.

A língua portuguesa é hoje um dos pilares de um espaço jurídico que atravessa quatro continentes e integra diferentes sistemas jurídicos e de direitos costumeiros.

Essa diversidade é a nossa força.

Através dela, reafirmamos que o direito lusófono é uma expressão de humanidade, de racionalidade jurídica e de compromisso com os direitos fundamentais.

Cabe aos nossos Supremos Tribunais garantir que essa herança se renova e se adapta aos tempos modernos, sem perder o seu sentido ético e humanista.

A força dos Supremos Tribunais reside na sua independência e na sua fidelidade aos diferentes textos constitucionais.

Em todos os países da CPLP, os nossos Supremos Tribunais devem ser os guardiões da democracia e um reduto seguro de proteção dos direitos fundamentais.

A defesa da dignidade humana, da igualdade e da liberdade é o fio condutor que une as nossas jurisdições.

Num mundo em que o autoritarismo e a desinformação ameaçam o Estado de Direito, é essencial que os tribunais mantenham viva a chama da legalidade e do respeito pelos direitos humanos.

Esta é, mais do que uma função judicial, uma missão moral e cívica e é por isso que a nossa cooperação deve continuar a assentar em valores comuns, e não apenas em instrumentos jurídicos partilhados.

Vivemos um tempo de mudança constante.

A tecnologia, a globalização económica, as migrações, a desinformação digital e as alterações climáticas colocam novos desafios às nossas jurisdições.

Os Supremos Tribunais enfrentam hoje questões que transcendem fronteiras e que exigem respostas conjuntas.

Devemos refletir sobre como aplicar os grandes valores civilizacionais a realidades novas, desde o uso da inteligência artificial na decisão judicial até à tutela dos novos direitos dos cidadãos.

A transformação tecnológica da justiça não é apenas uma questão de eficiência; é uma questão de garantia de direitos.

A digitalização deve aproximar o cidadão dos tribunais e não afastá-lo.

Deve reforçar a sua confiança e não substituí-la por algoritmos obscuros.

Estes novos desafios convidam-nos, aqui em Macau, a pensar o futuro com um misto de coragem e prudência, conjugando inovação com sabedoria, e modernidade com tradição.

No ano anterior, na XII Conferência realizada na cidade da Praia, lancei o repto de que nosso Fórum pela sua riqueza potencial não devia limitar a sua atividade à realização destas frutuosas Conferências, devendo aproveitar-se a oportunidade para aprofundarmos as nossas relações através do desenvolvimento de iniciativas, num intercâmbio permanente entre Conferências.

As novas tecnologias permitem manter uma atividade conjunta à distância que devem ser aproveitadas para estreitarmos e desenvolvermos uma ação permanente.

Com a criação recente de uma plataforma digital comum demos um passo importante para pormos em prática esse projeto ambicioso.

A cooperação judicial é o coração do nosso Fórum.

A partilha de jurisprudência e de boas práticas permite-nos harmonizar entendimentos e fortalecer o Estado de Direito em todo o espaço lusófono.

Devemos ainda promover redes de diálogo entre os Supremos Tribunais, fomentando intercâmbios de magistrados, colóquios temáticos on-line e estudos de direito comparado.

Macau oferece-nos uma perspetiva privilegiada sobre o futuro da cooperação lusófona.

É um território que conjuga tradição e modernidade, herança portuguesa e dinâmica asiática.

É também um ponto de encontro natural entre as instituições judiciais da CPLP e o vasto mundo jurídico da Ásia-Pacífico.

Que esta Cimeira possa lançar as bases de um novo ciclo de cooperação, com metas concretas:

- A criação de um Observatório da Justiça Lusófona, dedicado à comparação de sistemas e boas práticas.

- O desenvolvimento da recém criada Plataforma Digital que facilite o acesso às decisões relevantes dos nossos Tribunais.

- A institucionalização de um programa de mobilidade judicial lusófona, para promover o intercâmbio de magistrados.

Desta forma, poderemos consolidar um verdadeiro espaço de justiça lusófono, que valorize o nosso património comum e contribua para uma ordem jurídica internacional mais justa e solidária.

Com pequenos passos é possível fortalecer uma organização internacional judiciária atuante.

Termino, agradecendo, em primeiro lugar, ao Senhor Chefe do Executivo da Região Administrativa Especial de Macau a sua presença nesta sessão de abertura, a qual é bem reveladora da importância que lhe merece o Poder Judicial e, muito em particular, o espírito de cooperação que se vive entre as instâncias judiciárias máximas dos Países e Territórios de Língua Portuguesa.

Em segundo lugar, quero também deixar um agradecimento muito especial à Presidência desta Conferência na pessoa da Senhora Presidente do Tribunal de Última Instância de Macau pela organização desta reunião e pelo acolhimento afável e caloroso dispensado a todas as delegações.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Que Macau nos inspire a continuar a construir pontes entre povos, entre tribunais e entre gerações.

Que este encontro reafirme a nossa convicção de que a justiça, quando partilhada e dialogante, é o mais poderoso instrumento de paz e de progresso.

São estes os meus votos.

Muito obrigado.